

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS



Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)



RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Riqueza, desigualdade e pobreza no Brasil: aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Michele Lins Aracaty e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R594 Riqueza, desigualdade e pobreza no Brasil [recurso eletrônico] : aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras / Organizadora Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-5706-412-2 (PDF)

ISBN 978-65-5706-414-6 (Brochura)

DOI 10.22533/at.ed.146202109

1. Pobreza – Brasil. 2. Brasil – Condições sociais. 3. Renda – Distribuição – Brasil. I. Silva, Michele Lins Aracaty e.

CDD 339.460981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria e satisfação que apresentamos esta obra intitulada: **RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: Aspectos Socioeconômicos das Regiões Brasileiras**, composta por cinco trabalhos oriundos de pesquisas desenvolvidas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Universidade Federal do Amazonas – UFAM referente ao Edital 2019/2020. Tais trabalhos foram desenvolvidos pelas acadêmicas do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas – UFAM: Ana Beatriz Martins de Souza, Francilene da Silva Franco, Jackelyne Evellyn de Sales Assunção, Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva e Taisa Morais Rolim.

Este grupo de trabalhos que teve como abrangência as cinco macrorregiões econômicas brasileiras foram motivados após a leitura do livro “Geografia da Fome”, lançado em 1946 por Josué Apolônio de Castro, mais conhecido por Josué de Castro. Na obra, partindo da análise da fome, como tema central, o autor alerta para outros problemas: pobreza, extrema pobreza, miséria, questão ecológica, desigualdades sociais e reforma agrária.

“Geografia da Fome” constitui-se por ser uma obra rica em detalhes e que alertou o mundo e o Brasil para a problemática da fome visto não considerar esta apenas no seu aspecto biológico, mas também em relação aos aspectos econômicos, políticos, geográficos e sociais não limitando-se a apresentar ou realizar um diagnóstico, mas fazendo frente à luta pela erradicação deste problema à nível mundial.

Dada a importância histórica e contribuição incontestável da obra para despertar a necessidade de compromissos internacionais e ações integradas para o combate à fome. No ano de 1951, Josué de Castro foi convidado para se tornar presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, a qual constitui uma agência das Nações Unidas – ONU que lidera esforços para erradicação da fome e combate à pobreza no mundo por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola.

Em todos os artigos aqui apresentados iremos discutir aspectos referentes à Fome e à Vulnerabilidade Social. Trataremos a Vulnerabilidade Social, não apenas na questão econômica, pois sabemos que esta população que enfrenta cotidianamente a fome e que se encontra em condição de pobreza ou extrema pobreza concentra-se em localidades as quais apresentam menor cobertura de abastecimento de água potável, insuficiente ou inexistente sistema de esgotamento sanitário, ausência de coleta de lixo, Renda per Capita inferior a meio salário mínimo, elevado índice de mortalidade infantil, número expressivo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola, elevado número de mulheres jovens

com filhos, elevado percentual de mulheres responsáveis pela renda familiar e chefes de família, elevada taxa de analfabetismo, número significativo de adultos que não trabalham e nem estudam, fazem parte do percentual da população que encontram-se em situação de desemprego e dependem quase que integralmente de auxílio de Programas de Transferência de Renda para sobreviverem.

Assim, cada capítulo representa um trabalho tendo participação de uma aluna, e sua orientadora e corresponde a uma pesquisa que teve duração de 12 meses. Vale ressaltar que, cada capítulo corresponde a um trabalho completo com a seguinte estrutura: Resumo, Introdução, Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações, seguido das Referências que foram utilizadas para a construção do texto. Dessa forma, cada capítulo apresenta-se independente, mas de certa forma interligado pois juntos farão uma análise de todas as regiões brasileiras.

Organizado dessa forma, possibilita ao leitor guiar-se através do sumário e ler cada capítulo de forma separada e na ordem que desejar ou for mais conveniente. Assim, o sumário descreverá a ordem como os capítulos estão divididos, o título de cada um deles bem como a página inicial.

Os cinco artigos aqui apresentados foram divididos, como já adiantamos, por macrorregiões econômicas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) onde foi possível analisar os indicadores regionais. Nesta mesma obra, temos um artigo que concentra a sua análise na Região Metropolitana da Manaus – RMM dada a sua importância e especificidade.

Em cada um dos artigos foi possível, analisar os indicadores socioeconômicos: Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH, Renda Per Capita, Índice de Gini, Pobreza, Extrema Pobreza, Fome, Taxa de Prosperidade Social, Insegurança Alimentar, Taxa de Desocupação e Dependência dos Programas de Transferência de Renda. Tendo como base os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Organização das Nações Unidas – ONU.

No primeiro capítulo, a pesquisadora Ana Beatriz Martins de Souza analisou os indicadores de vulnerabilidade social referentes à população residente na Região Metropolitana de Manaus – RMM, sendo a região metropolitana brasileira mais jovem, mas que apresenta elevados indicadores de vulnerabilidade e inúmeros problemas estruturais tais como: pobreza, extrema pobreza, miséria, fome, ausência ou ineficiência de saneamento básico, esgotamento sanitário, água tratada, moradias inadequadas, dentre outros problemas que são característicos de regiões vulneráveis. Tal artigo, propunha analisar a vulnerabilidade da população da RMM, com base nos principais indicadores que compõem o IVS e seu comparativo com

o IDHM, a Taxa de Prosperidade Social e seu impacto do modelo Zona Franca de Manaus, bem como a contribuição do modelo para a redução da vulnerabilidade social nos municípios que compõem a região metropolitana. O capítulo é intitulado: Vulnerabilidade Social da População Residente na Região Metropolitana de Manaus.

No segundo capítulo, que tem como título: A Floresta Rica, População Pobre: Fome e Pobreza na Região Norte do Brasil, a pesquisadora Francilene da Silva Franco tendo a Região Norte como objeto de estudo, propõe um desafio reflexivo ao leitor ao expor o dilema de se ter num mesmo ambiente uma floresta rica em biodiversidade, riquezas minerais, abundância de água doce, dentre outras riquezas somente encontradas na Amazônia e ao mesmo tempo ter uma população que vive às margens da pobreza, passa fome e convive num ambiente com insuficiência de infraestrutura básica. Para tanto, a pesquisa se propunha analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Norte, levantar os principais indicadores que compõem o IVS, analisar a pobreza e a extrema pobreza da população com base no Mapa da Fome, bem como analisar o Risco Alimentar e a Taxa de Prosperidade Social regional, com o uso do IDHM, Índice de Gini, Renda Per Capita, Taxa de Desocupação e Dependência dos Programas de Transferência de Renda.

No capítulo seguinte, intitulado, Pobreza e Vulnerabilidade Socioeconômica na Região Nordeste do Brasil, a pesquisadora Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva tendo a Região Nordeste do Brasil historicamente mais vulnerável, como objeto de estudo, focou a sua análise na vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população regional com base no levantamento de indicadores socioeconômicos (IVS, IDHM, Renda Per Capita, Índice de Gini) e análise das políticas públicas que visam a redução da vulnerabilidade socioeconômica e a pobreza da população nordestina.

No capítulo seguinte, a pesquisadora Taisa Morais Rolim teve como objeto de sua análise a Região Centro-Oeste e seus contrastes por se tratar de uma região de exploração recente, mas que concentra as suas atividades na atividade primária, ou seja, na agricultura, tendo como principal atividade o agronegócio, produção de soja, milho e criação de gado bovino de corte, dentre outras culturas ligadas à terra. O capítulo apresenta como título: Riqueza, Desigualdade e Pobreza no Brasil: O Caso da Região Centro-Oeste brasileira. Ao longo da pesquisa, a autora se realizou sua análise com base nos indicadores de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, com base no IVS e no Mapa da Fome, além de levantar as políticas públicas implementadas na região para o combate à pobreza e desigualdade socioeconômica e teve uma preocupação peculiar em olhar para o esforço regional para a implementação de políticas de redução da concentração de renda e inclusão produtiva rural com desenvolvimento sustentável através de ações

ligadas à agricultura familiar.

No último capítulo, a pesquisadora Jackelyne Evellyn de Sales Assunção tinha como desafio a análise das duas regiões economicamente mais desenvolvidas do país, Sudeste e Sul. Regiões com maior participação no Produto Interno Bruto – PIB e concentradoras da maior parte da população brasileira, constituem regiões com caráter de ocupação urbana. Apesar de serem regiões ricas nota-se uma expressiva concentração de renda, elevados indicadores de vulnerabilidade, os menores indicadores de desenvolvimento humano e os melhores índices de desigualdade. O capítulo, foi intitulado: Pobreza do Brasil: A Situação da Pobreza e Desigualdade nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, e apresentou como principal objetivo: analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza e a desigualdade da população residente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica e no Mapa da Fome de forma a verificar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Também temos a ambição de possibilitar aos alunos participantes de projetos de pesquisa e extensão a satisfação de ver o seu trabalho, fruto de esforço e dedicação, ser publicado. Proporcionado a este aluno a alegria de ter a sua pesquisa como fonte para novas pesquisas. Ademais, a publicação de um trabalho constitui um marco na carreira acadêmica e quem sabe possa influenciá-lo para que no futuro este se engaje em novas pesquisas.

Este e-book assim como os outros trabalhos dos demais grupos de pesquisa o qual temos a honra de integrar terá o seu acesso livre para pesquisa e leitura de forma a ser um objeto de compartilhamento de informação e conhecimento agregado acerca dos temas aqui abordados.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Michele Lins Aracaty e Silva

"O primeiro direito de um homem é o de não passar fome!"

Josué de Castro

(1908-1973)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
VULNERABILIDADE SOCIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Ana Beatriz Martins de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1462021091	
CAPÍTULO 2	23
A FLORESTA RICA, POPULAÇÃO POBRE: FOME E POBREZA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Francilene da Silva Franco	
DOI 10.22533/at.ed.1462021092	
CAPÍTULO 3	43
POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1462021093	
CAPÍTULO 4	62
RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: O CASO DA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Taisa Morais Rolim	
DOI 10.22533/at.ed.1462021094	
CAPÍTULO 5	82
POBREZA DO BRASIL: A SITUAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Jackelyne Evellyn de Sales Assunção	
DOI 10.22533/at.ed.1462021095	
SOBRE A ORGANIZADORA	106

CAPÍTULO 4

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: O CASO DA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA

Data de aceite: 01/08/2020

Michele Lins Aracaty e Silva

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente pela Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC)
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM
e-mail: michelearacaty@ufam.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>
<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

Taisa Morais Rolim

Discente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
e-mail: taisa.mrolim@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/3386310657701808>
<https://orcid.org/0000-0003-0162-9508>

RESUMO: A pobreza configura-se como um problema estrutural socioeconômico para a realidade de muitos brasileiros que vivem em locais de alta vulnerabilidade. Na Região Centro-Oeste, o percentual da população em condições de pobreza, cerca de 16,8%, faz da região uma das menos miseráveis do país. Muito se deve à atividade do agronegócio, que juntamente com políticas públicas promoveram o desenvolvimento e investimento em infraestrutura urbana e rural. Contudo, certos elementos como concentração de renda mascaram o fato de ainda se perpetuar a desigualdade social, concentração de renda e pobreza na região. Assim, temos como objetivo analisar a Região Centro-Oeste com base

nos indicadores de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, além de levantar as políticas públicas implementadas para o combate à pobreza e desigualdade socioeconômica. Para isso, este trabalho tem como base a pesquisa bibliográfica e documental com uso de dados secundários, disponibilizados pelo IBGE, ONU, com o IDHM e IPEA, com o IVS, Índice de Gini e Renda Per Capita, além de livros e artigos considerados relevantes para a construção da pesquisa. Através do levantamento, obtemos que o IDHM da Região é classificado como ALTO (0,781); o IVS é BAIXO (0,241) e o Índice de Gini que mensura a concentração de renda e denuncia a desigualdade social é ALTO (0,513) contrastando com o elevado PIB Per Capita. Observa-se a necessidade de buscar soluções para reduzir a concentração de renda e desigualdade em vista da necessidade de implementar ações de inclusão produtiva rural com desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza, Vulnerabilidade, Indicadores, Centro-Oeste.

INTRODUÇÃO

A pobreza e a vulnerabilidade social são dois temas cada vez mais recorrente no Brasil, principalmente quando observamos os últimos levantamentos dos indicadores sociais do país. Em 2018, o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) trouxe atenção ao fato de o país estar retornando aos registros oficiais do qual havia saído em 2014.

Há décadas o Brasil encontra-se em uma condição de crescimento desigual, com o enriquecimento rápido de poucos em detrimento da miserabilidade de muitos. A história nos mostra que as regiões situadas ao sul do país são as que mais se beneficiaram do progresso econômico marcado pelo incentivo ao desenvolvimento industrial.

Na contramão da exploração da atividade industrial, a Região Centro – Oeste brasileira, uma das mais novas fronteiras agrícolas do Brasil, permaneceu esquecida economicamente até meados da década de 1950 quando com a ajuda da construção de Brasília começou a se destacar no agronegócio abastecendo o mercado doméstico e internacional. A Região se destaca na produção de soja, milho e criação de gado bovino de corte, dentre outras culturas ligadas à terra. É o destaque do agronegócio brasileiro apesar da baixa densidade demográfica.

A Região Centro-Oeste é uma das cinco regiões brasileiras estabelecidas pela divisão territorial promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo composta por Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Apesar de contar com apenas três estados e o DF, a região é a segunda maior em extensão territorial, atrás apenas da Região Norte. Uma peculiaridade dessa região é que ela não é banhada pelo mar.

A estimativa da população da região Centro-Oeste, conforme dados divulgados pelo IBGE em 2019, é de cerca de 16,29 milhões de habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de aproximadamente 10,1 habitantes para cada quilômetro quadrado.

A maior parte da população do Centro-Oeste brasileiro encontra-se concentrada no estado de Goiás, que possui mais de sete milhões de habitantes, e também no Distrito Federal, que registra uma população estimada em 7 milhões de pessoas e uma incrível densidade demográfica de 17,65 habitantes por quilômetro quadrado. Não por acaso, as principais cidades são Brasília e Goiânia, a primeira classificada como metrópole nacional, e a segunda, como metrópole regional (IBGE, 2019).

Em 2019, de acordo com o IBGE, a Região Centro-Oeste apresentou um baixo percentual de brasileiros em condições de pobreza, com aproximadamente 16,8%, e 4,4% em situação de extrema pobreza. Se compararmos esse percentual com as outras regiões, o quadro não é tão alarmante. Porém, Côrrea e Figueiredo (2006) declaram que tal pobreza contrasta com o sucesso inestimável do agronegócio que alimenta uma cadeia produtiva interminável e abastece o mundo com produtos in natura. São inúmeros os investimentos em tecnologia e pesquisa para dinamizar esse setor, mas a riqueza gerada não é acessível pela totalidade da população que se encontra à margem do progresso.

Observa-se que a tendência a concentração de renda na região, que consequentemente desencadeia o fenômeno da desigualdade social, à medida que

os pequenos produtores dão lugar às grandes empresas, torna necessário averiguar a qualidade de vida dessa população.

Para isso, faremos uso dos indicadores sociais a fim de montarmos nossa análise tais como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, o Índice de Vulnerabilidade Social- IVS, o Índice de Gini e o PIB Per Capita. Além disso, faremos um levantamento do número de famílias beneficiadas pelo principal programa de transferência de renda brasileiro, o Bolsa Família, visto ser a principal política pública na frente ao combate à pobreza.

Assim, temos como objetivo analisar a Região Centro-Oeste Brasileira através dos indicadores de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, com base no IVS e no Mapa da Fome, além de levantar as políticas públicas implementadas na região para o combate à pobreza e desigualdade socioeconômica.

Para tanto, este trabalho é baseado em uma pesquisa bibliográfica e documental com uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU, e IPEA com o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) da Região Centro-Oeste do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes para a construção da pesquisa.

Através do levantamento de dados, obtemos que o IDHM da Região é classificado como ALTO (0,781); o IVS é BAIXO (0,241) e o Índice de Gini que mensura a concentração de renda e denuncia a desigualdade social é ALTO (0,513) contrastando com o alto valor do PIB Per Capita.

Para efeito de estrutura, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, seguido da Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações e por fim, teremos as Referências utilizadas para a construção deste trabalho.

REVISÃO DA LITERATURA

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

Elaborado pela Organização das Nações Unidas, o IDH é uma ferramenta de comparação para identificar o nível de qualidade de vida da população entre países, constituído por três dimensões: renda, saúde e educação. No Brasil, o índice foi adaptado para a realidade do país a fim de que sejam aprofundadas as análises da conjuntura socioeconômica. Assim surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal com o objetivo de disponibilizar um tratamento mais regional.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB)¹, em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro

1 Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em: 10 janeiro de 2019.

assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos 3 últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010. Posteriormente ao IDHM dos municípios brasileiros, as três instituições assumiram o novo desafio de calcular o IDHM a nível intramunicipal das regiões metropolitanas do país – desta vez, para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).

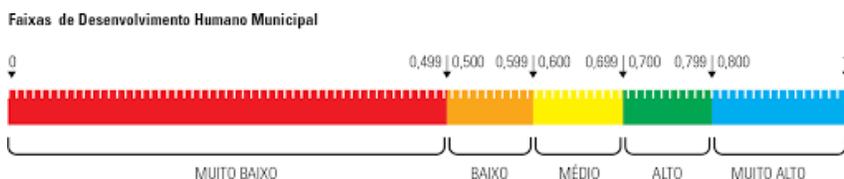


Figura 1 – Faixas do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Fonte: ONU (2015)

A faixa do IDHM é lida da seguinte maneira: quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. Localidades que apresentam o IDHM entre 0,800 e 1 são classificados como MUITO ALTO. Entre 0,700 e 0,799 são classificados como ALTO; entre 0,600 e 0,699, são MÉDIO; entre 0,500 e 0,599, são BAIXO; e entre 0 e 0,499, são MUITO BAIXO, em que quanto mais próximo de 0 pior é a qualidade de vida da população do local analisado.

A seguir, apresentaremos o próximo indicador, o índice de Vulnerabilidade Social – IVS, indicador construído pelo IPEA.

Índice de Vulnerabilidade Social - IVS

Segundo o IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS foi construído com base em indicadores que revelam fragilidades sociais a partir de fatores como contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras em 2000 e 2017.

O IVS é um índice sintético que agrega um conjunto de variáveis quantitativas retiradas dos questionários da amostra dos censos demográficos decenais do IBGE, as quais postula-se aqui serem determinantes de situações de vulnerabilidade social

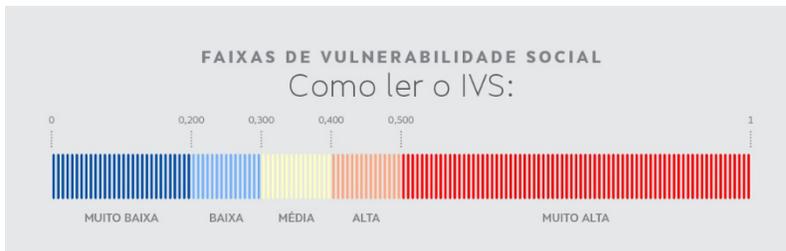


Figura 2 – Faixas do IVS

Fonte: AVS, IPEA (2015)

Cada indicador teve seu valor normalizado numa escala que varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. A condição de absoluta ausência de vulnerabilidade equivale a 0% de casos indesejados (ou, por exemplo, zero mortos por mil nascidos vivos, no caso da variável taxa de mortalidade de crianças de até 1 ano de idade).

O IVS é, portanto, resultado da seleção de 16 indicadores selecionados da Plataforma do ADH e foram organizados em três dimensões da vulnerabilidade social, a saber: I – a Infraestrutura Urbana do território em tela (seja ele um município, uma região, um estado ou uma Unidade de Desenvolvimento Humano); II – o Capital Humano dos domicílios deste território; e III – a Renda, o acesso ao trabalho e a forma de inserção (formal ou não) dos residentes nestes domicílios. Cada uma dessas dimensões reúne, por sua vez, um conjunto de variáveis obtidas nas bases dos Censos Demográficos do IBGE, que refletem diferentes aspectos das condições de vida.

A Importância do Agronegócio para a Região Centro-Oeste

O sucesso do agronegócio na região, além de atrair empresas comerciais e transformadoras, gerou milhares de empregos e atrelou a si todas as outras atividades, especialmente os serviços, voltadas para o abastecimento e desenvolvimento de mão de obra, comércio, etc. (DENTZ, 2018). Os campuses universitários do estado de Mato Grosso, por exemplo, têm grande parte de seus cursos disponíveis voltados às atividades do agronegócio.

Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), entre 2012 e 2018, a população ocupada em atividades do agronegócio sofreu uma queda de 7,02% no Brasil. Já na Região Centro-Oeste no mesmo período houve um aumento de 11,20%, o equivalente a 1,70 milhão de pessoas ocupadas nessa área em 2018, contemplando todos os estados – com exceção do Distrito Federal. Mato Grosso do Sul lidera essa evolução com 15,4% do número de trabalhadores

atuando no agro, seguido por Mato Grosso com 14,8% e Goiás com 6,6%.

Em Mato Grosso, destaca-se a importância dos agrosserviços; no Mato Grosso do Sul, o segmento primário; e Goiás, a agroindústria, o segmento primário e agrosserviços distribuídos de forma mais igualitárias na participação do índice.

Segundo a CEPEA (2019, p.10), os rendimentos do trabalho, além de ser usado para o consumo de bens e serviços relacionados ao agro, também é utilizado em outras necessidades vitais como habitação, saúde, educação, transporte e aquisição de bens duráveis. A partir disso, percebe-se que o agronegócio é fundamental para a população dessa região

Pobreza na Região Centro-Oeste

Segundo Rocha (2006), a pobreza geralmente ocorre quando não há a satisfação das necessidades básicas. O problema é definir quais são essas necessidades já que elas podem não ser as mesmas para cada pessoa e para cada sociedade. Devido às diferenças culturais e produtivas, o conceito de pobreza e os modos de mensuração podem variar substancialmente entre países. Essas duas formas de ver a pobreza estão vinculadas aos termos de pobreza absoluta e pobreza relativa.

A pobreza absoluta é relacionada à sobrevivência física, ou seja, a falta de acesso aos fatores ligados às necessidades que garantem o mínimo vital. Já a pobreza relativa leva em conta o padrão de vida de determinada sociedade e como este gera desigualdade. (ROCHA, 2006, p.11).

A linha da pobreza divide os indivíduos entre dois grupos de acordo com a sua renda: os não-pobres e os pobres que “são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade”. (ROCHA, 2006, p.13). Uma linha de pobreza relativa considera o padrão de vida da sociedade analisada para estabelecer um valor medido pela média ou mediana da população.

No Brasil, considera-se uma população em situação de extrema pobreza aquela com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 70,00; e a população em situação de pobreza é aquela com rendimento de até R\$ 140,00, mensal. (PNAD, 2015).

Para os Estados que compõem a Região Centro-Oeste, objeto deste estudo a situação configura-se da seguinte forma:

Estado	População	% de Pobreza	Extrema Pobreza
Mato Grosso do Sul	2.778.986 pessoas	18,9	3,0%
Mato Grosso	3.484.466 pessoas	17,3	7,4%
Goiás	7.018.354 pessoas	17,3	3,9%
Distrito Federal	3.015.268 pessoas	13,5	3,4%

Quadro 1: Estados da Região Centro-oeste e % de Pobreza e Extrema Pobreza

Fonte: IBGE (2018)

O quadro acima apresenta a porcentagem de Pobreza e Extrema Pobreza em cada estado da Região Centro-Oeste. Dentre todos, podemos observar que o estado do Mato Grosso do Sul possui a maior porcentagem (18,9%), enquanto o Distrito Federal possui o menor (13,5%). Em uma escala nacional, os estados da região apresentam índices menores que a grande maioria das outras regiões, e todos se encontram abaixo do nível nacional. O Distrito Federal, juntamente com o Rio Grande do Sul, é o segundo menor em porcentagem de pobreza populacional perdendo somente para Santa Catarina.

Em relação a Extrema Pobreza, também salientamos que os percentuais são inferiores aos apresentados nos estados que compõem as demais regiões do país, mas não deixam de ser objeto de preocupação visto que a Região Centro-Oeste é uma das menos povoadas do país.

Desigualdade e Concentração de renda na Região Centro-Oeste

Além do discutido anteriormente, no que tange ao debate acerca da pobreza no Brasil não podemos deixar de falar sobre o problema da desigualdade, frequentemente relacionado ao primeiro. O termo desigualdade pode assumir diferentes formas a fim de atender a particularidade de cada discussão: pode ser de natureza econômica, racial, regional, de gênero etc. De acordo com o objetivo desta pesquisa, focaremos na esfera econômica e social, mais especificamente no que se refere à má distribuição de renda.

As diferenças de renda entre os mais ricos e mais pobres tornaram esse assunto de fundamental importância nos debates sobre desigualdade no Brasil, sobretudo em relação “a existência histórica de profundos desníveis sociais nas condições de vida, e principalmente de renda entre os residentes das regiões brasileiras”. (ARAÚJO; MORAIS, 2014, p.37). Esta realidade se perpetuou por muito tempo até meados da década de 90 e só apresentou sinais de mudança após a implementação do

Plano Real.

O Brasil configura-se como um dos países mais notáveis em desigualdade social, contudo, a tese de Barros et al (2000) define que o Brasil não é um país pobre, e sim um país com muitos pobres onde há uma precária distribuição de renda e poucas oportunidades de inclusão econômica e social. Ou seja, a raiz da pobreza no Brasil não é devido à falta de recursos e sim à distribuição destes.

Estudos e investigações recentes apontam que nas últimas décadas o Brasil obteve êxito em diminuir os níveis de desigualdade que exibia no começo do século. Esse avanço se deve principalmente à melhoria de distribuição de rendimentos do trabalho e de políticas públicas de transferência de renda tais como Aumento no Piso Previdenciário, Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada. (BARROS, et al, 2006).

Como visto anteriormente, o agronegócio é uma fonte de alta riqueza e crescimento econômico para a Região Centro-Oeste. A partir dos estudos de Ribeiro et al (2013), entre o período de 2004 e 2011 verifica-se um crescimento pró-pobre para a população rural dessa região, ou seja, a renda dos mais pobres teve uma variação superior à renda dos não-pobres. Contudo, no mesmo estudo é possível observar que em subperíodos a variação dessa renda apresenta momentos de empobrecimento.

Assim, apesar do crescimento econômico, é necessário analisar como a renda está distribuída nessa região, principalmente após a eclosão da crise de 2015. Para isso, utilizaremos um dos principais índices que mede a concentração de renda – o Índice de Gini. O coeficiente de Gini (ou índice de Gini), criado por Corrado Gini em 1912, mede a desigualdade de renda. A escala varia de 0 a 1, em que 0 representa a completa igualdade e 1 a completa desigualdade entre as rendas.



Figura 3 - Índice de Gini por Região

Fonte: IBGE (2018)²

² Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/concentracao-de-renda-volta-a-crescer-no-brasil-em-2018-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

Na Figura 3, podemos perceber que o índice de Gini da Região Centro-Oeste possui uma tendência à queda, diminuindo vagarosamente a concentração de renda enquanto as outras regiões apresentaram um comportamento inconstante ao longo dos anos. No ano de 2012, por exemplo, o Centro-Oeste era a quarta Unidade Federal mais desigual do Brasil, apresentando um índice de 0,513, estando na frente apenas da Região Nordeste (0,528).

Com exceção do ano de 2017, em que o índice apresentou uma elevação, ainda assim no ano de 2018 ele voltou a diminuir ligeiramente, tornando o Centro-Oeste a segunda região menos desigual e tomando a posição da Região Sudeste que apresentou piora no índice.

De acordo com a PNAD Contínua (2018), os 1% da população do Centro-Oeste com rendimentos mais elevados recebiam em média 25,6 vezes o rendimento da metade da população com os menores rendimentos mensais. Esse valor é inferior à média nacional (33,8) e perde somente para a Região Sul (22,9).

Para Corrêa e Figueiredo (2006), o crescimento do agronegócio, mesmo com os investimentos em tecnologia e pesquisa, não tem contribuído para resolver de forma significativa o problema da concentração de renda.

A posse prévia de capital e riqueza é um dos motivos que explica a permanência da desigualdade. Segundo Santos (2018), os altos índices da participação da riqueza gerada pelo agro refletidos no PIB, na renda per capita e no IDH se devem principalmente pelos altos rendimentos da elite agrária, notadamente os empresários e industriários do agronegócio, além de uma menor participação dos profissionais qualificados.

De acordo com Costa e Rosseto (2019), a concentração fundiária é um elemento que propaga ainda mais a desigualdade social, fato que revela um Brasil que priorizou a grande lavoura em detrimento do pequeno camponês subordinado e periférico.

O autor Josué de Castro (1948), atribui a culpa desse fenômeno ao sistema colonial implementado no país em que o latifúndio tinha como interesse econômico principal a exportação da produção agrícola em detrimento do mercado interno. As terras cultiváveis pertencentes a uma elite política que se encarregava de monopolizar a produção, consequentemente provocou a marginalização de pequenos agricultores que tendem a se submeter a grandes senhores de engenho para garantir uma mínima condição de subsistência. Atualmente, a concentração fundiária, o uso intensivo de tecnologias modernas que contribuem para o desemprego, relações precárias de trabalho e a urbanização acelerada são elementos que acentuam o empobrecimento do meio rural. (MALUF et. al, 2011).

Nessa perspectiva, a fronteira agrícola no Centro-Oeste torna-se um lugar de “alta concentração e centralização do capital”, gerando conflitos e contradições que

reduzem o número de pequenos agricultores. (BERNARDES, 2015).

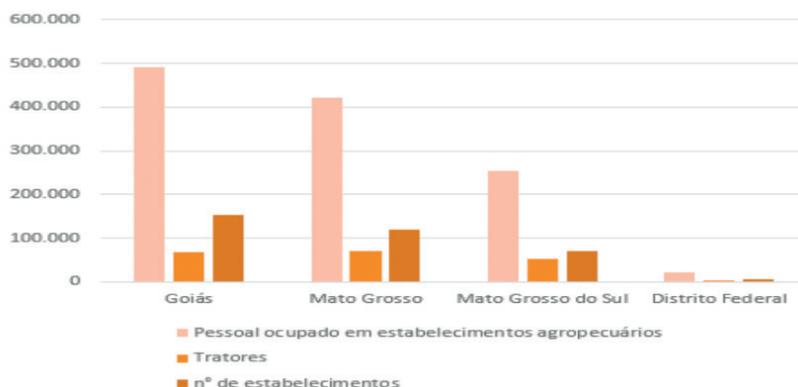


Figura 4 – Concentração Fundiária no Centro-Oeste

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Censo Agropecuário (2017).

Vimos que o Índice de Gini da Região Centro-Oeste exibiu uma melhora na desigualdade e distribuição de renda, contudo ele ainda está longe do ideal. Podemos analisar a região rural, tomando como exemplo o número de tratores e pessoal ocupado na agropecuária.

A partir do Censo Agropecuário (2017), com exceção do Distrito Federal, o que é possível perceber pela quantidade de trabalhadores ocupados na agropecuária e pelo número de tratores em cada estado, é que há uma concentração de capital na região visto que há mais trabalhadores para poucos tratores sendo manuseados nos estabelecimentos agropecuários. Ou seja, os meios de produção, tais como os tratores, estão nas mãos de uma pequena parcela da população logo a produção e consequentemente os rendimentos dela estão concentrados nesses indivíduos.

Além disso, levamos em consideração também a modernização do campo. O incremento da tecnologia sem promover um maior nível de capacitação, ao passo que aumenta a produção, diminui a utilização da mão de obra. Para Costa e Rosseto (2019, p. 97):

a política de inserção tecnológica atua em descompasso com as políticas de acesso à educação e formação tecnológica, formando um conjunto de trabalhadores vulneráveis que se sujeitam a quaisquer condições de trabalho para conseguirem assegurar sua sobrevivência.

O baixo número de estabelecimentos também é expressivo em relação ao pessoal ocupado no setor do agro. Têm-se que há poucas pessoas que possuem

as terras para cultivo e os equipamentos necessários, evidenciando ainda mais a concentração de renda e capital, ao passo que os pequenos produtores que não possuem os recursos para competir no mercado perdem seu espaço e precisam se submeter muitas vezes ao trabalho informal, que permanece um assunto pendente de solução. (CORRÊA e FIGUEIREDO, 2006).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem abordagem quantitativa por ser uma forma adequada para entender a natureza dos acontecimentos e a importância dos indicadores do IDH, IVS, Indicadores de Pobreza e Extrema Pobreza e Mapa da Fome para avaliar a vulnerabilidade social da região centro-oeste do Brasil.

Esta pesquisa caracteriza-se quanto aos meios como bibliográfica e documental uma vez que será desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e dados secundários (observação e análise) disponibilizados pela ONU acerca do IDH e do IPEA acerca do IVS.

Quanto aos fins, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Exploratória pois procurará obter maiores informações sobre o assunto do tema. Assim, para a construção deste trabalho utilizou-se do método observacional.

Para a análise e apresentação dos resultados, organizou-se a partir da leitura dos indicadores com a possibilidade de mapeamento dos índices e de seus componentes e sua distribuição espacial, para cada indicador em sua dimensão, observando se houve avanço/ ou melhoria ou uma regressão/ ou piora destes e relação à região estudada. Por fim, construiremos tabelas e quadros com indicadores disponíveis o que nos possibilitou a percepção do status evolutivo.

ANÁLISE DA DADOS E RESULTADOS

Nesta seção apresentaremos o levantamento dos indicadores sociais relevantes para a pesquisa tais como o IDHM e o IVS, disponibilizados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e o Atlas da Vulnerabilidade Social, assim como o Índice de Gini e o PIB per capita disponibilizados pelo IBGE. Por fim, analisaremos a importância do Bolsa Família como política pública de erradicação da pobreza.

O Índice de Desenvolvimento Humano é um dos indicadores estatísticos fundamentais para estudarmos a qualidade de vida populacional. O IDHM é o indicador que se adequa a finalidade desta pesquisa pois tem maior aproximação da realidade dos que residem no território brasileiro. Dito isso, analisaremos o índice da Região Centro-Oeste atualizado em 2017, assim como o seu caráter evolutivo a

partir do IDHM do ano 2000.

Unidade de Federação	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal			
	2000	2010	2016	2017
Centro-Oeste	0.658	0.757	0.781	0.781
Mato Grosso do Sul	0.613	0.729	0.763	0.766
Mato Grosso	0.601	0.725	0.772	0.774
Goiás	0.615	0.735	0.768	0.769
Distrito Federal	0.725	0.824	0.854	0.850

Tabela 1 – IDHM dos estados da Região Centro-Oeste e Distrito Federal

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e Atlas da Vulnerabilidade Social, (2020)

Como podemos observar na Tabela 1, os estados da Região Centro-Oeste encontram-se na faixa de IDH Alto (0,700 – 0,799). Com destaque para o Distrito Federal que se configura como o 1º no ranking de todo o Brasil em 2017, ainda que tenha sofrido uma queda de 0,004 desde o IDHM de 2016. Seguido por Goiás ocupando a 10ª posição. Mato Grosso do Sul e Mato grosso ocupam a 11ª e 8ª posição, respectivamente.

Dos anos de 2000 a 2010 verifica-se que houve uma melhora no padrão de vida em todos os estados da região, principalmente em Mato Grosso com uma variação de 0,124. Goiás possui a segunda maior variação (0,120), seguido por Mato Grosso do Sul (0,116) e Distrito Federal (0,099).

Dos anos de 2010 a 2017, Mato Grosso obteve o melhor desempenho com um aumento de 0,049, seguido por Mato Grosso do Sul (0,037), Goiás (0,034) e Distrito Federal (0,026). Este último permanece como o melhor IDHM do Brasil, ainda que tenha sofrido uma piora de 0,004 em relação ao IDHM de 2016.

O IVS é um indicador que se correlaciona e complementa a análise feita pelo IDH, onde além de avaliar o bem estar populacional, procura revelar as fragilidades de condições e ausências de recursos nos locais de moradias. Logo, a fim de aprofundarmos nossa análise, nas Tabelas a seguir apresentaremos os indicadores do IVS dos Estados que compõem a Região Centro-Oeste e Distrito Federal para os anos de 2000, 2010, 2016 e 2017.

Unidade de Federação	IVS			
	2000	2010	2016	2017
Centro-Oeste	0.409	0.304	0.240	0.241
Mato Grosso do Sul	0.420	0.289	0.190	0.194
Mato Grosso	0.427	0.277	0.237	0.227
Goiás	0.457	0.331	0.245	0.247
Distrito Federal	0.173	0.294	0.250	0.258

Tabela 2 – IVS dos Estados da Região Centro-Oeste e Distrito Federal

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA, (2020)³

De acordo com o IPEA (2010), alguns estados da Região Centro-Oeste obtiveram resultados expressivos na diminuição da vulnerabilidade desde o IVS do ano 2000, especialmente o Mato Grosso do Sul onde apresentou uma queda de 0,131 em 2010. Já em 2017, é o único na faixa Muito Baixa (0 – 0,200) do indicador, com uma evolução de 0,095 em relação a 2010.

Em seguida, temos que o Mato Grosso possui contínuas evoluções. Entre 2000 e 2010, obteve uma melhora de 0,150 e entre 2010 e 2017, melhorou em 0,050 e é classificado como Baixo.

O Distrito Federal também possui um índice de vulnerabilidade baixo. É importante observar que o DF foi o único a sofrer uma piora de 0,121 em 2010, melhorou em 2016 e sofreu uma pequena queda em 2017.

Goiás é o único estado com o IVS na faixa Média em 2010, com uma evolução de 0,126. Já em 2017, evoluiu em 0,084 e é classificado como Baixo.

Segundo o IPEA (2010), o melhor IVS da região (0,141 – Muito Baixo) encontra-se em Três Ranchos (GO) e o pior (0,601 – Muito Alto) em Japorã (MS).

Portanto, a partir do estudo dos indicadores – IVS e IDHM – temos que os estados da Região Centro-Oeste diminuíram a vulnerabilidade da população ao mesmo tempo em que melhoraram a qualidade de vida, mantendo-se no nível ideal.

O índice de Gini é um indicador que reflete a desigualdade social, através da desigualdade de renda, da região, ou seja, a diferença de rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos.

³ Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2020.

Grande Região e Unidades da Federação	Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar Per Capita						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Centro-Oeste	0,535	0,518	0,512	0,511	0,515	0,523	0,513
Mato Grosso do Sul	0,478	0,475	0,474	0,451	0,469	0,463	0,491
Mato Grosso	0,490	0,457	0,460	0,444	0,452	0,462	0,463
Goiás	0,475	0,467	0,459	0,458	0,468	0,478	0,471
Distrito Federal	0,603	0,580	0,575	0,581	0,578	0,594	0,569

Tabela 3 – Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar Per Capita da Região Centro-Oeste

Fonte: Elaboração própria com base em dados disponíveis pelo IBGE, (2019)⁴

Na Tabela acima, temos que nos anos antes de 2015, a desigualdade de renda domiciliar per capita na Região Centro-Oeste apresentava uma tendência a queda em todos os estados. Em 2016 e 2017, o índice voltou a aumentar para todas as Unidades da Federação. A região como um todo permaneceu nos mesmos níveis em todos os anos, não apresentando muita diferença – esse comportamento pode ser explicado pela eclosão da crise de 2015 que abalou fortemente o mercado de trabalho, deixando muitos sem uma fonte de renda.

Em 2018, a redução dos índices do Distrito Federal e de Goiás contribuíram para a redução do índice da região como um todo, contudo ela ainda permanece alta e sem muita variação. Em todos os períodos, o Distrito Federal permaneceu com a maior desigualdade.

Em geral, podemos observar que durante os seis anos analisados não houve um grande progresso em diminuir a desigualdade de renda apesar de ter apresentado uma tendência a melhorar entre 2012 e 2015. Contudo, o período de crise e recessão pelo qual o país passou paralisou a evolução do índice.

Estado	PIB em milhões	% do PIB Nacional	% do PIB Regional	PIB Per Capita
Distrito Federal	244.683	3,7%	37,09%	80.502,47
Goiás	191.899	2,9%	29,1%	28.308,77
Mato Grosso	126.805	1,9%	19,21%	37.914,00
Mato Grosso do Sul	96.372	1,5%	14,60%	35.520,45
Região Centro-Oeste	659.759	10,0%	100%	35.653,48 ⁵

Quadro 2 – PIB da Região Centro-Oeste

Fonte: IBGE (2017)

4 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

5 Fonte IBGE, com base no ano de 2014.

O Quadro 2 revela os dados do PIB relativo aos estados que compõem a Região Centro-Oeste. Temos que a região como um todo tem uma participação de 10% no PIB Nacional.

O Distrito Federal possui o maior PIB entre as Unidades de Federação e a maior participação no PIB Regional. O alto valor do PIB per capita ultrapassa mais que em dobro o PIB per capita dos outros estados, e é o 1º no ranking nacional. Esse dado é refletido nos índices de IDHM e IVS em que o DF se encontra nas melhores posições do ranking. Contudo, ao olharmos o índice de Gini (0,569) temos que esse valor está altamente concentrado. Isso pode ser explicado pelo grande volume de renda da classe política presente em Brasília.

Goiás possui o segundo maior PIB e o menor valor de PIB per capita (9º no ranking), correspondente a 28 mil reais. Levando em conta que a população de Goiás é de 7 milhões (enquanto o Distrito Federal possui apenas 3 milhões), o valor é consideravelmente baixo em relação aos outros estados. Pela perspectiva do Gini (0,471), temos que esse valor se encontra muito concentrado e em situação pior que o DF.

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem PIB per capita bem próximos, ocupando a 5º e 8º posição no ranking, e em condições similares de IDHM, IVS e Gini. Com destaque para o Mato Grosso do Sul que possui o menor PIB da região, porém apresenta um PIB per capita maior que o de Goiás.

Portanto, podemos concluir que os estados do Centro-Oeste possuem um alto nível de PIB per capita – todos se encontram entre as 10 melhores posições no ranking nacional – refletido nos níveis quase ideais de IDHM e IVS. Porém, quando analisamos esse dado juntamente com o índice de Gini, precisamos nos preocupar com o potencial concentrador de renda da região.

As Políticas Públicas que têm como objetivo reduzir a pobreza no Brasil foram e continuam até hoje sendo essenciais para a melhoria nos índices sociais analisados. São elas as principais ferramentas que o governo dispõe para ajudar as famílias mais fragilizadas pela pobreza, sendo o Bolsa Família a mais relevante entre elas.

Segundo dados disponíveis no site da Caixa Econômica Federal (2019) com base no Ministério da Cidadania, o Bolsa Família constitui num programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Assim, o Bolsa Família é, através do complemento de renda, um dos principais agentes aliviadores da pobreza no Brasil. Em novembro de 2019, 602.054 famílias da Região Centro-Oeste foram beneficiadas pelo programa, segundo o Ministério da Cidadania.

Unidade de Federação	Programa Bolsa Família	
	n° de Famílias Beneficiadas	Valor Médio
Mato Grosso do Sul	114.757	183,31
Mato Grosso	143.439	172,27
Goiás	277.233	161,19
Distrito Federal	66.125	183,14

Tabela 4 – Programa Bolsa Família

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Ministério da Cidadania, (2019)

A Tabela 4 representa o número de famílias beneficiadas por estado assim como o valor médio repassado. Podemos destacar o estado de Goiás, que possui o maior número de famílias dependentes do programa, e o Distrito Federal, que possui o menor. Observa-se, no entanto, é que Goiás e Mato Grosso – o segundo maior em quantidade de famílias beneficiadas – têm os menores valores médio repassados para as famílias enquanto o Distrito Federal e Mato Grosso do Sul têm os valores médio mais altos.

O Programa Bolsa Família, implementado a partir de 2003, continua até hoje sendo a principal política no qual a população pobre pode depender. No entanto, não podemos deixar de questionar o porquê de o programa ainda ser imperativo para a população mesmo após quase duas décadas e com os avanços nos índices sociais analisados. De acordo com uma entrevista dada a IHU On-Line, Castro (2017) informa que “os objetivos de nossas políticas públicas não são claros, assim como não existe avaliação de resultados. Portanto, asseguro que há muito dinheiro mal gasto e muita política pública inócua em resolver o problema que pretende”.⁶

O grande número de famílias ainda dependentes do programa nos mostra que, apesar dos níveis de pobreza terem melhorado ao longo do tempo, ainda há muito trabalho a ser feito, principalmente no que tange aos incentivos as pessoas saírem dessa condição – sendo estes a necessidade de aprimorar os esforços na educação a fim diminuir a evasão escolar, promover maior acesso ao saneamento básico, garantir a segurança pública, etc. O recente estado da economia brasileira, da crise que abalou fortemente o mercado de trabalho ao lento processo de recuperação, revela um novo obstáculo a missão de erradicar a pobreza no país.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Desde o início da povoação do território brasileiro a pobreza e a desigualdade social sempre fizeram parte da realidade da grande maioria da população, por muito

⁶ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/572024-a-diminuicao-da-desigualdade-tem-que-ser-a-agenda-do-brasil-entrevista-especial-com-fabio-castro>. Acesso em: 17 de março de 2020.

tempo esquecida e marginalizada. A precariedade de acesso aos recursos necessários e um mal estruturamento social e econômico, insuficiente para dar suporte as famílias mais carentes, é uma característica que se perpetua até os dias de hoje no Brasil e que parece se tornar cada vez mais complexo de solucionar.

Diante do alerta da ONU e a volta do país ao Mapa da Fome, surgiu a necessidade de novamente trazer à tona a discussão sobre o tema a partir da análise dos principais indicadores como o IDH, o IVS, Gini e entre outros, a fim de observar os níveis de pobreza e qualidade de vida da população.

Temos que desde o começo do século XXI o Centro-Oeste obteve um sucesso inestimável no crescimento de sua economia, fato que refletiu significativamente na condição de vida das pessoas. A análise do IDHM nos mostra que todas as Unidades da Federação se encontram na faixa ALTA e MUITO ALTA do indicador, tendo o Distrito Federal como o melhor local para viver em todo o Brasil.

No que diz respeito a vulnerabilidade social, temos que a população do Centro-Oeste possui uma maior potencialidade de resistir e se recuperar de impactos no âmbito socioeconômico, obtendo mais facilidade em alocar seus recursos. O IVS da região teve uma grande evolução, estando a maioria das UFs localizadas na faixa BAIXA do indicador.

Contudo, observamos que a desigualdade social ainda é muito expressiva. A desigualdade de renda continua sendo um assunto de muita preocupação no Brasil e alvo de muitas críticas. Programas de transferência de renda e maiores rendimentos oriundos do trabalho, ainda que se tenha percebido uma relativa melhora nos índices de desigualdade, ainda não são suficientes para tornar o país mais igualitário.

No caso do Centro-Oeste, a análise do Índice de Gini da região nos mostra que o Centro-Oeste é o segundo território de menor concentração de renda no país, contudo quando analisamos as Unidades da Federação que o compõem percebemos que os valores continuam longe do ideal. Um exemplo disso é o alto valor do PIB Per Capita que contrasta o alto nível do Índice de Gini, mostrando que o crescimento econômico da região não é para todos.

A concentração fundiária também é um elemento fundamental na discussão sobre concentração de renda no Centro-Oeste. No meio rural, os meios de produção encontram-se nas mãos dos empresários e da elite agrária, fato que impossibilita a formação de uma agricultura familiar competitiva. Além disso, a rápida modernização do campo e as precárias relações de trabalho são outros fatores que potencializam a desigualdade e pobreza rural.

A porcentagem de pessoas vivendo em extrema pobreza no Centro-Oeste, ainda que menor se comparada ao resto do Brasil, não pode ser ignorada. Mesmo com a queda desse número, não podemos frear os esforços em prestar assistência às famílias que ainda se encontram em condição de vulnerabilidade social, procurando

sempre em incentivá-las a buscar a sua emancipação.

As políticas públicas de redução da pobreza são agentes fundamentais na luta contra essa enfermidade social. O Programa Bolsa Família é há anos a principal forma de auxílio das famílias através da transferência de renda e por conta disso deve permanecer na agenda do governo até ser cumprido o objetivo desta. Além disso, é necessário que outros programas sejam implementados para reforçar a política de diminuição da desigualdade e da vulnerabilidade. É importante lembrar, no entanto, que o objetivo delas é prestar ajuda e reduzir o número de famílias pobres e não as tornar instrumentos que perpetuam o problema.

Muito além de programas de transferência de renda, que temporariamente aliviam necessidades imediatas (como a fome), a superação dessa condição a longo prazo deve ser o ideal a ser seguido. Portanto, complementar a assistência do Bolsa Família, é imperativo a formação de projetos que incentivam essa emancipação.

O plano de ações “Progredir” e o conjunto de programas de Inclusão Produtiva Rural do governo federal são exemplos de projetos que buscam gerar emprego e renda e promover autonomia para pessoas de baixa renda. O objetivo do “Progredir” é promover a inclusão dessa população no mercado de trabalho através da intermediação de mão de obra, da qualificação profissional e do empreendedorismo, oferecendo as ferramentas necessárias tais como: cursos profissionalizantes, educação financeira, concessão de créditos etc.

Já a Inclusão Produtiva Rural abarca programas de incentivo à agricultura familiar que diversificam as atividades produtivas da população beneficiada, além de promover uma melhoria na segurança alimentar e nutricional. Alguns desses programas são:

- a. Programa Fomento Rural, criado pela Lei 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto 9.221/2017, consiste no acompanhamento social e produtivo e na transferência de recursos para famílias que vivem em condições de vulnerabilidade no valor de R\$2,4 mil ou R\$3 mil para investimentos em projetos produtivos.
- b. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que consiste na compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar e os redireciona a pessoas em condição de insegurança alimentar e nutricional.

A expansão e a criação de novos programas como os mencionados acima são essenciais para o desenvolvimento humano da população mais vulnerável, principalmente aquelas vivendo na Região Centro-Oeste. A cooperação entre os agentes públicos e privados – o governo federal, empresas privadas e organizações

sem fins lucrativos – é fundamental para o cumprimento do primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU: a erradicação da pobreza.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. A.; MORAIS, G. A. de. Desigualdade de renda e sua decomposição no Brasil e na Regiões brasileiras. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v.45, n.4, p. 35-51, out/dez., 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br>. Acesso em: 19 de mar. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2014. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>. Acesso em: 13 dez. 2019.

BARROS, R. P. de et al. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, feb. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BARROS, R. P. de et al, (org.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2006. v. 2. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 de mar. 2020.

BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do capital no cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 19, n. 507, abr. 2015. Disponível em: <http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15112>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Informações (RI) do Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília: 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 2. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.

CEPEA. **Brasil Agro: o dinamismo do Centro-Oeste**. Piracicaba: CEPEA, 2019. 12 p. Disponível em: [https://www.cepea.esalq.usp.br/_centrooeste\(1\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/_centrooeste(1).pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

CORRÊA, A.; FIGUEIREDO, N. Riqueza, desigualdade e pobreza: um perfil da região Centro-Oeste no início do séc. XXI. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo. v. 17, n. 1. 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/11858>. Acesso em: 20set. 2019.

COSTA, H. L.; ROSSETO, O. C. A concentração fundiária no estado de Mato Grosso: leituras a partir da análise dos Censos Agropecuários 1985-2017. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 14, n. 32, p. 84-99, abr. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/45524>. Acesso em: 20 dez. 2019.

DENTZ, Eduardo von. Atuação do Estado na dinâmica geoeconômica da Região Centro-Oeste: Investimentos e transformações territoriais a partir do agronegócio. **Sociedade e Território**, v. 30, n. 2, p. 80-100, 16 fev. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/14799>. Acesso em: 29 set. 2019.

IBGE. **Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais**. Rio de Janeiro:

IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 16 out. 2019.

_____. **PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

_____. **PNAD Contínua**: Rendimento de todas as fontes: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101673>. Acesso em: 17 jan. 2020.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. **Sistema de contas regionais**: Brasil: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101679>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 13 de dezembro de 2019.

MALUF, Renato; MATTEI, Lauro; ZIMMERMANN, Silvia; WESZ JUNIOR, Valdemar; TIBURCIO, Breno; MIRANDA, Carlos. **Pobreza Rural**: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília: IICA, 2011. 172 p. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B2101p/B2101p.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

PLANALTO. Governo Federal. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia>. Acesso em: 26 de janeiro de 2019.

ONU. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2015. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/dh0.html>. Acesso em: 16 dez. 2019.

RIBEIRO, Lilian Lopes, et al. Crescimento Econômico e Pobreza Rural na Região Centro-Oeste. **Conjuntura Econômica Goiana**, Goiânia, n. 25, p. 52-65, 2013. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/conjuntura-economica-goiana/conjuntura25.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: Afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 244 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/mod_resource/content/1/3649_001.pdf. Acesso em: 12 nov. 2019.

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 